



ANAIS FÓRUM INTEGRADO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

ISSN 2237-7638

v. 3, n. 1/2013



**FACULDADES
SANTO AGOSTINHO**

ANAIS FÓRUM INTEGRADO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

Organizadora
Simarly Maria Soares



**FACULDADES
SANTO AGOSTINHO**

ISSN 2237-7638

Anais Fórum Integrado de
Ensino, Pesquisa e Extensão

Volume 3, número 1/2013

Montes Claros



Diretor

Professor Ms. Cristiano Marchi Gimenes

Vice Diretora

Dr^a. Aparecida Maciel da Silva Shikida

Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão

Coordenadora de Extensão e Pós-Graduação

Prof^a Ms. Simarly Maria Soares

Coordenadora de Ensino

Prof^a Esp. Tilde Miranda Sarmento

Coordenador de Ensino

Prof. Esp. Hélio Gomes Barros de Paula

Coordenações de Curso

Administração

Prof^a. Ms. Simone Gelmini Araújo

Enfermagem

Prof. Ms. João Marcus Oliveira Andrade

Arquitetura

Prof. Ms. Rodrigo Arlindo dos Santos Silva

Farmácia

Prof. Ms. Waldemar de Paula Júnior

Direito

Prof. Ms. Rafael Soares Duarte de Moura

Sistemas de Informação

Prof. Ms. Rafael Antônio Gonçalves
Lima

Engenharia Ambiental

Prof. Ms. Flávio Leão Coelho

Tecnologia em Automação

Prof. Ms. Reinaldo Souza Xavier

Engenharia Elétrica

Prof. Ms. Reinaldo de Souza Xavier

Colaboração na organização do Anais

Neide Rocha Andrade

Engenharia da Produção

Prof. Hélio Gomes Barros de Paula
Prof. Ms. Narciso Ferreira dos S. Neto

Diagramação/Projeto gráfico

Maria Rodrigues Mendes

Sumário

Qualidade de vida no trabalho.....	5
Verticalização agroindustrial na produção de têxteis: estudo de caso da fazenda do Cantagalo General Grains.....	7
Usucapião familiar por abandono do lar.....	8
Direito ao corpo: uma análise jurídico-social do direito de redesignação do estado sexual.....	9
Testamentos vitais e diretrizes antecipadas de vontade.....	11
Alimentos entre ex-cônjuges: até quando?.....	13
Sustentabilidade ambiental: uma abordagem da responsabilidade social nas instituições de ensino superior (ies) da cidade de Montes Claros/MG.....	15
Síndrome de Alienação Parental e seus efeitos psicológicos....	17
A igualdade estabelecida na Constituição de 1988 em relação à união estável e o casamento e as desigualdades observadas na Legislação Infraconstitucional.....	19
Violência doméstica, sexual e/ ou outras violências notificadas em Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.....	21
Uso de plantas medicinais: representações sociais da população.....	22
Perfil dos transplantados renais do Brasil: uma revisão integrativa.....	24
Análise qualitativa e quantitativa do córrego matias, Montes Claros/MG.....	25
Pontes de macarrão como ferramenta interdisciplinar.....	27
As consequências dos impactos ambientais e seus métodos de avaliação.....	29
Os tipos e as vantagens das madeiras utilizadas na construção civil.....	31
Estabilidade provisória da gestante e o controle de experiência na nova perspectiva do TST.....	33

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Isabella Dias de Queiroz, Fabiana Pereira Mori

INTRODUÇÃO: O presente artigo trata de um tema de grande relevância não apenas para acadêmicos do curso de Administração de Empresas, mas também, para indicar, mostrar e apresentar os itens que são indispensáveis para que se alcance a qualidade de vida no trabalho, bem como suas bases (de modo a conscientizar empresários e empresas). Trata de uma discussão teórica que procura demonstrar os fatores que interferem diretamente na manutenção da qualidade, o funcionário como elo fundamental entre a organização e os clientes e investidores, além das conseqüências como stress, insatisfação, violência no trabalho. A Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho, seus níveis de atuação para desenvolver a partir daí programas de bem-estar e meios para aumentar a satisfação no trabalho. Assim, é possível abstrair conclusões para que sejam aplicadas e tornem o ambiente de trabalho mais agradável melhorando não somente o rendimento e desenvolvimento do trabalho em si, mas também o sentimento das próprias pessoas durante a jornada diária de suas atividades dentro e fora de uma organização. **OBJETIVO:** Interpretar e conhecer a origem e os benefícios, de modo a compreender a importância da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), além de refletir acerca da Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho (G-QVT). **MÉTODOS:** Estudo descritivo através de pesquisa bibliográfica. Fundamentação realizada através de livros que abordam o tema, como Recursos Humanos e Comportamento Organizacional e também de artigo da internet para exploração e abordagem teórica. **RESULTADOS:** Através da pesquisa, nota-se que as pessoas ocupam o centro desse processo, sendo estratégico o investimento no capital humano das organizações, favorecendo a melhoria da QVT. **CONCLUSÃO:** Conclui-se de acordo com as posições assumidas pelos diversos autores citados no artigo, que o que se deve considerar nas organizações, sejam elas, micro, pequenas, médias ou grandes,



são seus recursos humanos. Os funcionários a partir do momento que estiverem motivados, a qualidade de vida no trabalho deixa de ser algo inalcançável. Logo se sentem reconhecidos e contribuem tanto para o crescimento próprio quanto da empresa. Ainda baseado nas opiniões e exposições dos autores citados, a presença da QVT tornará os funcionários aptos a enfrentar e superar desafios. Logo tanto QVT como a G-QVT são essenciais para o desenvolvimento e crescimento da carreira profissional do trabalhador. Assim clientes internos satisfeitos refletirão nos clientes externos e consequentemente nos lucros também.



VERTICALIZAÇÃO AGROINDUSTRIAL NA PRODUÇÃO DE TÊXTEIS: ESTUDO DE CASO DA FAZENDA DO CANTAGALO GENERAL GRAINS

Bruna Raphaela Silva Soares, Camila Rodrigues Soares, Danielle Ramos Mendes, Dayane de Jesus Souza, Letícia Maria Terence Prates

O objetivo deste artigo foi estudar a produção de algodão da Fazenda do Cantagalo, destinada ao fornecimento à Coteminas. O método utilizado foi o estudo de caso, sendo realizada entrevista com o responsável pela gestão da produção do Grupo o qual possui pólos produtivos no norte do Mato Grosso, Sul do Piauí, Goiás e Bahia. Verificou-se que a respeito da produção das propriedades serem pouco significativas em relação aos volumes usados pela agroindústria, optou-se por verticalização de parte dos processos de fabricação têxtil. O aumento da rentabilidade das fazendas e a redução de área ociosa, aliados a geração de rentabilidade com um produto de qualidade adequado às necessidades da indústria, foram os fatores preponderantes para a produção própria de algodão.



USUCAPIÃO FAMILIAR POR ABANDONO DO LAR

Maria Lúcia de Fátima Rosa, Cyntia Mirella Cangussu Fernandes Sales

O direito de propriedade está sob a égide constitucional, contudo, não é absoluto. Para que este direito prevaleça, faz-se necessário que esteja atrelado ao princípio da função social da propriedade. Assim, harmonizam-se os elementos fáticos com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que, embora, seja garantidora dos direitos patrimoniais, excepcionalmente, afasta-os para beneficiar cidadãos que, através da posse, conseguem uma relevante utilização da propriedade, sob a inércia dos verdadeiros donos. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo suscitar questionamentos acerca da nova modalidade de usucapião no âmbito familiar. O instituto ora criado diverge das outras espécies de aquisição originária de propriedade, por estabelecer como requisitos, um menor lapso temporal, e por outro, no mínimo polêmico, o sepultado “abandono do lar”. A inovação trazida pela Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, que incluiu o art. 1240-A CCB/2002, na tentativa de proteger a entidade familiar, ressuscitou questões juridicamente já superadas, qual seja, o elemento culpa pela dissolução conjugal. Desta forma, a mudança normativa converge para um retrocesso jurídico, pois, em tempos de celeridade e economia processual, essa figura inusitada, de usucapião, poderá dificultar ainda mais a solução de conflitos familiares, visto que o presente instituto poderá ser alegado até como matéria de defesa. Diante dessas incertezas normativas, caberá à jurisprudência e doutrina, no bojo de suas interpretações hermenêuticas, preencherem as lacunas deixadas pelo legislador que, por vezes, remenda o sistema jurídico com leis sem sentido, ou aplicação prática. O presente estudo será sustentado na pesquisa bibliográfica, documentos eletrônicos e na legislação pertinente.



DIREITO AO CORPO: UMA ANÁLISE JURÍDICO-SOCIAL DO DIREITO DE REDESIGNAÇÃO DO ESTADO SEXUAL

Larissa Noronha Chaves

INTRODUÇÃO: Em muitos indivíduos a identidade de gênero se mostra divergente do sexo genético, anomalia designada de inversão psicosssexual, e que busca ser corrigida através da operação de transgenitalismo. Essa operação gera reflexos no registro civil, no casamento e no direito de procriar. Dito isto, é necessário elucidar questões referentes à operação de transgenitalismo e seus efeitos práticos na vida civil. Buscando aplicar, em questões controversas, o princípio da isonomia, preceito basilar da Constituição Brasileira. **OBJETIVO:** Demonstrar a abrangência equitária dos direitos da personalidade, equiparando o indivíduo transexual aos demais. Pretende-se igualar o status do transexual aos demais cidadãos e assegurar-lhes os direitos que lhes cabem. Objetivando, com tais esclarecimentos, diminuir o preconceito existente acerca de tal anomalia sexual. Delimitar as possibilidades do direito de redesignação do transexual, e quando surge sua cidadania. **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:** Pesquisa qualitativa, abordando o método dedutivo; documental, englobando leis e jurisprudências; e bibliográfico, referenciando livros doutrinários, artigos e revistas. **RESULTADOS:** É possível, nesse caso, aplicar a teoria kantiana, de que o homem é um fim em si mesmo, capaz de autodeterminar-se e autoconstruir-se de acordo com as regras de sua própria razão, e baseado nisso posicionar-se favorável a cirurgia de transgenitalização e identificação isonômica aos indivíduos após a operação, atribuindo-lhes os direitos que lhes cabem. E por compreender que o fato em questão se trata de uma anomalia, pode ainda, o indivíduo pleitear a tutela do Estado. **CONCLUSÃO:** Embora pela leitura fria do artigo 13 do código civil, possa-se inferir uma proibição na realização do ato cirúrgico,



não se pode interpretá-la assim, literalmente, pois se dessa forma fosse, tal dispositivo seria inconstitucional por violar o princípio da dignidade humana, princípio basilar do ordenamento jurídico brasileiro, além de ser contrario a outro direito da personalidade, o direito à integridade psíquica. Portanto, com base no direito à vida digna e à integridade física faz-se crer possível a operação, e, atendidos os requisitos psicossociais, ser ainda, viabilizada pelo Estado em seu Sistema Único de Saúde.



TESTAMENTOS VITAIS E DIRETRIZES ANTECIPADAS DE VONTADE

Dandara Tamires Reis e Castro

Introdução: A morte completa o ciclo vital do ser humano, sendo preciso reconhecer a fragilidade de si próprio, de um limite; o que envolve a busca pelo sentido e definição de vida que é catalisada pela sociedade moderna com a complexidade de questões extrapatrimoniais e existenciais, trazendo a essa noção uma carga e juízo valorativo que transcende o funcionamento orgânico do corpo, e é permeada de toda a projeção do que se julga necessário para atribuir predicados como “digna” e “boa”. É certo que a vida é o bem jurídico supremo, da qual derivam todos os demais direitos, mas e quanto aos pacientes terminais, e a relativização desse direito devido as suas doenças incuráveis ou seu estado vegetativo, onde não há vida em plenitude, sequer a existência de vida digna, pois o indivíduo se encontra privado de sua liberdade e do exercício de muitos de seus direitos. Os testamentos vitais ou diretrizes antecipadas são instrumentos de manifestação de vontade com a indicação negativa ou positiva de tratamentos e assistência médica a serem ou não realizados em determinadas situações. Trata-se de uma escolha antecipada do paciente, em uma situação de lucidez mental, para que seja levado em conta quando, por motivo de doença, já não seja possível expressar sua vontade, em se submeter ou não a determinado tratamento, que não lhe trará a cura, mas poderá adiar a sua morte. **Objetivos:** Analisar e elucidar a permissibilidade dos testamentos vitais e das diretrizes antecipadas de vontade, ao ponderar os valores vida, dignidade humana e autonomia privada frente ao ordenamento brasileiro. **Métodos:** Realização de uma pesquisa qualitativa e dedutiva, com base em uma coleta de dados por documentação indireta, valendo-se de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica pertinente ao tema. **Resultados:** O direito de optar por morrer com dignidade, pela eliminação do sofrimento, no



tempo e lugar de sua própria escolha, ou recusar certos tratamentos, intervenções cirúrgicas ou internações, quando diante de uma doença terminal, é uma parte integral do direito do indivíduo de controlar seu próprio destino e da efetivação da autonomia privada. **Conclusões:** Considerando as ponderações relativas aos valores e princípios do ordenamento jurídico brasileiro, conclui-se que são possíveis os testamentos vitais e as diretrizes antecipadas de vontade, quando feitos sob a regência de uma legislação atenta a diversos fatores como a autonomia privada do signatário, seu real estado de consciência no momento e a relação das testemunhas, para a validação desses instrumentos, entre outros.



ALIMENTOS ENTRE EX-CÔNJUGES: ATÉ QUANDO?

Talita Soares Moran

O Código Civil de 2002, consolidando o preceito constitucional da isonomia, reafirmou o direito de alimentos exercível em face de ambos os cônjuges. Assim, o cônjuge que necessitar de assistência material, mesmo após a decretação da extinção da sociedade conjugal, poderá pleitear alimentos em face do outro cônjuge. Essa obrigação alimentar não se vincula a um termo certo decorrente da lei, o que autoriza a sua fixação por tempo indeterminado. É de se questionar, portanto, até quando esses alimentos são devidos. A partir dessa problematização foi desenvolvida a pesquisa, com o uso do método dedutivo, através da técnica bibliográfica e jurisprudencial, objetivando verificar os critérios para a limitação temporal dos alimentos entre ex-cônjuges. Em que pese a divergência das decisões em primeiro grau de jurisdição, o Superior Tribunal de Justiça vem consolidando entendimento de que a inserção no mercado de trabalho é a condição determinante para colocar termo à obrigação alimentar. Sob essa premissa, pode-se concluir que, ainda que a inserção profissional do cônjuge alimentando determine o termo final da obrigação alimentar, continua a ser necessário o pedido de exoneração por parte do cônjuge alimentante. E, consolidando o entendimento de que a inserção profissional do cônjuge alimentando põe termo à obrigação, o ordenamento jurídico admite o risco de que o cônjuge alimentando adie ou mesmo evite, voluntariamente, buscar meios da sua própria manutenção para assim justificar a continuidade da verba alimentar. Admite-se, então, a perpetuação de uma relação obrigacional entre cônjuges divorciados até que a ocorrência de uma condição voluntária, implementada por apenas um dos cônjuges. Logo, para inibir a perpetuação de laços obrigacionais dentro da extinta sociedade conjugal, afigura-se como possível e adequado o entendimento de



que os alimentos entre ex-cônjuges são transitórios, e como consequência, devem ser fixados, em regra aplicável a pessoas aptas para o trabalho, como obrigação a termo certo e claramente definido almejando conceder tempo hábil para que o cônjuge alimentando busque meios de obter o próprio sustento, sem, no entanto, eternizar o vínculo para com o cônjuge alimentante.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) DA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG*

Diego Celestino Ferreira, Meirielle Duarte Pereira

INTRODUÇÃO: Até a década de 1970, dava-se pouca importância ao conceito “Sustentabilidade”, principalmente quanto à ideia de Sustentabilidade Empresarial. Esta ideia começou a ganhar relevo em uma conferência, a qual foi discutida a questão da preservação do Meio Ambiente em relação às demandas da economia. Importante destacar que, após essa conferência, algumas empresas começaram a investir internamente em programas e ações, como forma de fomentar a continuação dos aspectos econômicos, sociais e culturais presentes no ambiente. **OBJETIVO:** Verificar o quanto o investimento e a promoção dessas ações internas realizadas nas empresas e especialmente em uma Instituição de Ensino Superior (IES) na cidade de Montes Claros/MG, podem beneficiá-la no que tange à responsabilidade social e a redução de custos. **MATERIAL E MÉTODOS:** A pesquisa dar-se-á através de ação de coleta de folhas de papéis (utilizados e descartados), que antes iam para o lixo por uma Copiadora terceirizada, que possui filiais em várias IES na cidade de Montes Claros/MG. As folhas de papéis foram reutilizadas como rascunhos em vários setores que compõe a própria IES, possibilitando a redução do custo e o desperdício de material. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados da pesquisa foram obtidos através de planilha quantitativa de dados, no qual indicam que de 9 (nove) pacotes de folhas de papéis descartadas, contendo o total de 4.500 (quatro mil e quinhentas) unidades de folhas. Foram reutilizadas, 4.000 (quatro mil) unidades, sendo aproveitados como rascunhos nos setores da própria IES. Com os resultados obtidos, ressalta-se a participação e conscientização dos colaboradores da IES, estimulando a responsabilidade socioambiental.



CONCLUSÕES: Conclui-se que é possível o investimento realizado pelas IES em ações e programas internos e/ou externos que apoiam ou adotam projetos de desenvolvimento sustentável, uma vez que, conduz processos e estudo de estratégias nas organizações sem prejudicar o meio ambiente, proporcionando a responsabilidade social e redução de custos excessivos.



SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL E SEUS EFEITOS PSICOLÓGICOS

Marajane de Alencar Loyola

INTRODUÇÃO: A Síndrome de Alienação Parental é um fenômeno freqüente na modernidade devido à disputa de guarda em casos de separações e divórcios. Trata-se de uma condição que se constrói na intersecção entre a psicologia jurídica e o direito com o objetivo de se ampliar a compreensão dos fenômenos emocionais que se fazem presentes dos processos de separação ou divórcio que se encontram nas Varas de Famílias e que incluem o ex-casal conjugal e os filhos. O espaço da justiça torna-se ‘campo de batalha’ em que os pais não conseguem manter a proteção dos filhos fazendo destes uma forma de atacar o ex-cônjuge. A síndrome de alienação parental é “*a interferência na formação psicológica da criança ou adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para que repudie o outro genitor ou que cause prejuízos ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este*” ou seja “*consiste num processo de programar uma criança para que odeie um dos seus genitores sem justificativa, de modo que a própria criança ingressa numa trajetória de desmoralização desse mesmo genitor*”. Pode-se dizer que o alienador incita os filhos ao ódio contra o outro genitor até conseguir que eles, os filhos, de modo próprio levem adiante a situação de embate. **OBJETIVO:** Compreender os efeitos psicológicos sofridos por crianças e adolescentes vítimas da síndrome de alienação parental e a lei 12.318/2010. **MÉTODOS:** Estudo bibliográfico fundamentado nas atuais pesquisas sobre a síndrome de alienação parental e sobre a lei 12.318/2010. **RESULTADOS:** Os efeitos psicológicos vivenciados pelas crianças e adolescentes vítimas da síndrome de alienação parental são depressão crônica, incapacidade de adaptar-se aos ambientes sociais, transtornos de identidade e de imagem, desespero, tendência ao isolamento, comportamento hostil, falta



de organização, consumo de álcool e/ou drogas e algumas vezes suicídios ou outros transtornos psiquiátricos, entre outros sintomas.

CONCLUSÃO: Conclui-se que a maioria das crianças e adolescentes vítimas da síndrome de alienação parental precisam de acompanhamento psicológico e/ou mediação familiar com o objetivo de combater tais efeitos, sendo muitas vezes necessário, o psicólogo intervir no ambiente familiar o mais rápido possível, caso o pai alienador (ou a mãe) possam oferecer riscos para a criança ou adolescente sendo necessário medidas mais rígidas a fim de oferecer a estes a devida proteção necessária, solicitando medidas de ordem jurídica.



A IGUALDADE ESTABELECIDA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 EM RELAÇÃO À UNIÃO ESTÁVEL E O CASAMENTO E AS DESIGUALDADES OBSERVADAS NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL

Brenna Natany Miranda, Cyntia Mirela C. Fernandes Sales

A união estável foi reconhecida no Brasil enquanto entidade familiar na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Em seu artigo 226, determinou que a família assim constituída merece proteção do Estado que anteriormente era somente dispensada as famílias constituídas através do casamento. Desde então, a legislação infraconstitucional vem tentando regulamentar, nos moldes determinados pela CRFB/88, a união estável. Inicialmente a Lei 8.971/94, atribuiu alguns direitos às pessoas que convivem em união estável. Posteriormente a Lei 9.278/96 aumentou o rol de direitos as pessoas que mantêm esse tipo de relação familiar, e finalmente em 2002 a Lei 10.406, o Código Civil de 2002, que era a grande expectativa de inovação e equiparação efetiva dos dois institutos, se limitou a reproduzir o texto das leis anteriores, deixando inclusive de consignar direitos por elas já solidificados. Assim, na legislação ordinária se percebe um tratamento diverso do que foi estabelecido na Constituição Federal, esta contrariedade fica evidente, principalmente no Código Civil que impõe ao casamento um rol de direitos e deveres para a sua válida constituição, o que não é imposto à união estável, tendo destaque na maneira como se forma, se extingue e nos efeitos após a morte, ficando evidentes as desigualdades, existentes entre estas duas entidades familiares. O presente estudo tem por finalidade analisar a equiparação entre o casamento e a união estável, presente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em face às desigualdades destacadas na legislação infraconstitucional. Para o desenvolvimento do presente trabalho será realizada uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, cujas principais fontes serão as obras doutrinárias



e as decisões dos tribunais pátrios. Conclui-se que através do presente estudo, que as desigualdades no tratamento dado ao companheiro em relação ao cônjuge existem e que devem ser combatidas, devendo cada entidade familiar ter um tratamento adequado respeitando assim os princípios que decorrem da sua união.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/ OU OUTRAS VIOLÊNCIAS NOTIFICADAS EM MONTES CLAROS, MINAS GERAIS, BRASIL

Viveiros, Luana Leal; Rodrigues, Elvis Henrique Ruas; Paixão, Adriana Lopes Gomes; Souto, Kathielle Francine Gonzaga; Barbosa, Thiago Luis Gonçalves; Xavier-Gomes, Ludmila Mourão.

INTRODUÇÃO: A violência é definida como sendo o uso de poder e força física, na prática ou ameaça, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade ou a si próprio e que resulte ou possa resultar em sofrimento, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado, morte ou privação. **OBJETIVOS:** Descrever os casos de violência doméstica, sexual e/ou outros casos de violência ocorridos em Montes Claros/MG no período de 2009 a 2011. **MÉTODOS:** Este estudo se classifica com ecológico, descritivo e retrospectivo com abordagem quantitativa cujos dados foram obtidos por meio do Sistema de Informação sobre Agravos de Notificação (SINAN/DATASUS) do Departamento de Informática do SUS. **RESULTADOS:** Neste período foram notificados 387 casos de violência. O ano de 2011 teve maior registro de casos de violência (47,54%). Dentre as faixas etárias a mais acometida foi de 20 a 29 anos (28,9%) seguida de 30 a 39 anos (19,89%). Observou-se maior frequência no sexo feminino (75,19%) em que a maioria dos casos ocorreram na residência (53,48%). Dos casos notificados a maioria foi por violência física (75,19%), seguido de casos por espancamento (64,08%), casos de violência psicológica ou moral (34,62%) e por violência sexual (22,7%). Dos casos, registra-se que 25,06%, foram por suspeita de uso de álcool e 95,09% dos casos de violência evoluíram para alta e 2,32% para evasão. **CONCLUSÃO:** Conclui-se a necessidade de um maior monitoramento e investigação acerca para minimizar sub-notificações ainda existentes de violência. É importante ainda ressaltar a importância do preenchimento integral das fichas de notificação de forma a permitir que itens de relevância sejam preenchidos.



USO DE PLANTAS MEDICINAIS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO

Paixão, Adriana Lopes Gomes; Rodrigues, Elvis Henrique Ruas; Viveiros, Luana Leal; Souto, Kathielle Francine Gonzaga; Barbosa, Thiago Luis Gonçalves; Xavier-Gomes, Ludmila Mourão

INTRODUÇÃO: O uso de plantas medicinais é uma das mais antigas formas de se tratar e prevenir problemas de saúde e, atualmente, tem se configurado como uma das escolhas mais naturais e menos lesiva à saúde, especialmente se comparada aos malefícios decorrentes do uso indiscriminado de medicamentos alopáticos. **OBJETIVO:** Compreender as representações sociais e atitudes da população adulta relacionadas ao uso de plantas medicinais no município de Montes Claros-MG. **MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, cujos dados foram obtidos através de uma entrevista semiestruturada e gravada com 12 pessoas da área de abrangência da Estratégia Saúde da Família do bairro Santo Antonio II de Montes Claros. Os dados foram submetidos à análise temática de conteúdo. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa por meio do parecer consubstanciado n° 3241/11 de 19 de dezembro de 2011. **RESULTADOS:** A partir dos discursos dos entrevistados emergiram as seguintes categorias: “Conhecimentos sobre plantas medicinais”, “Satisfação no uso de plantas medicinais”, “Plantas medicinais X Medicamentos de Farmácia” e “Fé e espiritualidade”. Observou-se que o conhecimento das pessoas acerca das plantas medicinais na maioria são muito populares e inespecíficos e decorrem de



informações advindas de pessoas da mesma cultura. Foi possível identificar ainda que a população tem uma visão precária acerca das reações adversas, intoxicação e contra-indicações das plantas na maioria dos entrevistados. Pode-se perceber que a população possui crenças e marcas da espiritualidade ao utilizarem as plantas medicinais. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que as representações sociais das pessoas sobre as plantas medicinais são advindas de uma cultura passada de geração em geração, onde as pessoas não possuíam acesso ao serviço de saúde.



PERFIL DOS TRANSPLANTADOS RENAIIS DO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ingred Gimenes Cassimiro; Carla Cristina Gomes da Rocha; Leila das Graças Siqueira; Valéria Dias dos Santos, Adélia Dayane Guimarães Fonseca; Jacinta Vieira Mendes.

INTRODUÇÃO: O aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população, decorrentes da transição demográfica nas últimas décadas no Brasil, contribuíram para mudanças no perfil de morbimortalidade e aumento da prevalência das doenças crônicas, entre elas a insuficiência renal crônica (IRC). O transplante renal é defendido como terapêutica que proporciona um retorno às atividades habituais para a maioria de indivíduos com doença renal crônica terminal (DRCT) e o Brasil possui um dos maiores programas públicos de transplantes de órgãos e tecidos do mundo. **OBJETIVO:** Objetiva-se neste estudo, descrever o perfil dos pacientes transplantados renais no Brasil. **MÉTODO:** Trata-se de uma revisão integrativa, realizada através de uma busca on-line nas bases de dados SCIELO e LILACS de publicações do período de 2001 à 2011. A amostra foi constituída por 16 trabalhos que atenderam aos critérios de inclusão e a coleta de dados foi realizada entre fevereiro e março de 2012. **RESULTADOS:** Os resultados mostraram que a maioria dos transplantados renais eram do sexo masculino, com média de 40 anos e 51,7% viviam com companheiro. A renda familiar média era de 4,44 salários mínimos, os enxertos renais em sua maioria foram provenientes de doadores vivos e as principais doenças de base para o transplante foram a hipertensão seguida das glomerulonefrites. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Mesmo com a constante documentação acerca dos transplantes renais, ainda são poucos os estudos que os descrevem quanto ao perfil dos transplantados.



ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DO CÓRREGO MATIAS, MONTES CLAROS/MG

Sara Fonseca Guimarães; BRAGA, Mônica Durães

INTRODUÇÃO: O processo de desenvolvimento urbano vem trazendo diversos efeitos negativos ao meio ambiente, um fator importante e de grande relevância são os danos ocorridos aos recursos hídricos. O córrego Matias, localiza-se na área urbana na região leste no município de Montes Claros – MG, sendo objeto de estudo da presente pesquisa, a fim de caracterizar e monitorar esse curso hídrico através de análise da qualidade da água visando avaliar a mesma mediante o Índice de Qualidade das Águas (IQA), percepção ambiental e análise do perfil socioeconômico, diagnosticando os possíveis fatores de degradação, ou seja, os impactos ambientais e usos atuais em torno da microbacia.

OBJETIVO: Caracterizar e monitorar a microbacia do Córrego Matias em Montes Claros/MG, verificando os impactos ambientais e socioeconômicos em seu entorno, bem como diagnosticar a qualidade da água e os usos atuais da mesma.

MÉTODOS: A realização da pesquisa se dará em diversas etapas, necessárias para a aquisição de dados. O primeiro item é a identificação da área de estudo, sua localização e dimensão. Depois será realizada a caracterização ambiental macroscópica do entorno do curso, hídrico, através da metodologia de (Gomes,2007), para a avaliação dos aspectos do local. Será também realizada a análise de água do curso d'água segundo os parâmetros do IQA. Os parâmetros socioeconômicos e os usos atuais do córrego serão levantados a partir da aplicação de questionários para a população das proximidades. E no final os resultados observados serão tabulados e analisados estatisticamente com o intuito de caracterizar a real situação qualitativa da sub-bacia do córrego Matias. **RESULTADOS:** O estudo realizado tem como finalidade, caracterizar o local estudado e o entorno do curso hídrico para que dessa forma possa



se conhecer de maneira concreta a situação da localidade e assim as medidas tomadas serão mais corretas. Para a avaliação da qualidade da água será usado o Índice de Qualidade da Água (IQA), para avaliar a condição da água no período seco, através de análises físico-químicas e bacteriológicas. A questão socioeconômica da região será avaliada para que possa ser entendida a atual situação que se encontra o corpo hídrico em estudo, fazendo uma verificação nos redores da microbacia do Córrego Matias, Montes Claros/MG.

CONCLUSÃO: Conclui-se que a ocupação e o crescimento desordenados, em áreas ribeirinhas, têm causado ao meio ambiente diversos problemas. As áreas ao entorno de rios, córregos e lagos são localidades frágeis que necessitam de preservação para que possam manter o curso hídrico em boas condições, o córrego Matias, é um dos recursos hídricos afetados assim sendo viável e imprescindível a criação e implantação de projetos de revitalização de tal recurso hídrico.



PONTES DE MACARRÃO COMO FERRAMENTA INTERDISCIPLINAR

Ana Paula Santos, Lucas Raphael de Almeida, Luciano Fabrício Alves da Silva, Monitely Talita Martins Costa, Viviany Matias Araújo

INTRODUÇÃO: Baseado em experiências didáticas semelhantes realizadas no exterior e no Brasil a apresentação deste trabalho propõe demonstrar a construção de uma ponte treliçada, feita de macarrão e um consequente teste destrutivo da mesma visando identificar a carga máxima suportada antes de sua ruptura. Prática tradicional nos cursos de engenharia civil esta atividade possibilita ao acadêmico ter uma antevisão de seu futuro profissional além de ser propícia para uma aplicação prática do conteúdo visto em sala de aula; **OBJETIVO:** Verificar a aplicação prática das disciplinas como Cálculo, Física, Geometria Descritiva e outras no Curso de Engenharia Civil. **METODOLOGIA:** Construir uma estrutura composta por macarrão do tipo espaguete que suporte uma carga de até (50kgf). Essa ponte deve ser capaz de vencer um vão livre de 1 m e seu peso não pode ultrapassar (750g), todas as junções do projeto serão compostas por massa epóxi. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando reunir os recursos matemáticos e físicos fundamentais para a execução do nosso projeto. A construção da ponte foi feita segundo as orientações dos professores orientadores, baseando-se em projetos já desenvolvidos em pontes reais e em experiências semelhantes desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior, como no caso a Universidade Cambrige, pioneiro neste método de ensino. O ensaio destrutivo será realizado durante o II FÓRUM INTEGRADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO e através do mesmo poderemos verificar a carga suportada pelo projeto. **RESULTADOS:** Espera-se com o trabalho, através da maquete de ponte, fomentar discussões acerca dos conceitos abordados nas disciplinas e também ampliar o conhecimento prático das mesmas. **CONCLUSÃO:** concluímos que, a utilização de pontes de



macarrão pode também representar uma importante alternativa para inovar e incrementar a prática pedagógica, criar uma ponte referencial para estimular a interdisciplinaridade e de uma forma mais ampla se tornar um grande reforço motivacional que amplia e concentra os esforços acadêmicos no intuito de aprender. No caso da maquete, embora a resistência individual de cada fio seja baixa, a união dos mesmos gera níveis de resistência significativos, o que indica que de acordo com o projeto e a distribuição das forças na ponte podem ser construídos projetos de elevada resistência.



AS CONSEQUÊNCIAS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E SEUS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Lucas Rangel Alves, Heinze Harold, Wanderklayson Aparecido Medeiros de Oliveira

INTRODUÇÃO: Impacto ambiental é a alteração no meio ambiente por determinada ação ou atividade. Atualmente, o planeta enfrenta fortes sinais de transição. O homem está revendo seus conceitos sobre natureza. Esta conscientização da humanidade está gerando novos paradigmas, determinando novos comportamentos e exigindo novas providências na gestão de recursos do meio ambiente. Um dos fatores mais preocupantes é o que diz respeito aos recursos hídricos. Problemas como a escassez e o uso indiscriminado da água estão sendo considerados como uma das questões mais graves do século XXI. É preciso tomar partido nesta luta contra os impactos ambientais e, para isso, é importante saber conceitos relacionados ao assunto. **OBJETIVO:** O objetivo do presente trabalho é avaliar as consequências dos impactos ambientais e seus métodos de avaliação, para que possa haver a prevenção da qualidade de determinado ambiente que poderá sofrer a execução de certos projetos ou ações. **MÉTODO:** Este estudo foi elaborado através do levantamento de dados encontrados na literatura já existente. Foram realizadas pesquisas bibliográficas por meio de livros, artigos originais e de revisão sobre o tema impactos ambientais. **RESULTADOS:** Os métodos de avaliação de impactos ambientais têm uma metodologia internacionalmente aceita. Métodos de avaliação de impactos ambientais são os mecanismos estruturados para coletar, analisar, comparar e organizar informações e dados sobre os impactos ambientais de uma proposta. Pode-se inferir ainda que esses métodos constituem uma sequência de passos recomendados para coleccionar e analisar os efeitos de uma ação sobre a qualidade ambiental e a produtividade do sistema natural, e avaliar os seus impactos nos receptores natural, socioeconômico e humano. Num



estudo de impacto ambiental são utilizadas inúmeras técnicas para coleta e tratamento de dados e informações, objetivando prever os impactos. **CONCLUSÃO:** A partir das últimas décadas a questão ambiental tornou-se uma preocupação mundial. A grande maioria das nações reconhece a emergência em buscar soluções para esses problemas. Alterações climáticas, desertificação, poluição atmosférica e perda da biodiversidade são algumas das questões a serem resolvidas, segundo suas respectivas especificidades. Habitantes do chamado primeiro mundo, vêm pressionando seus governos a buscar alternativas para tentar reverter os danos causados ao meio ambiente. Muitos desses países, contudo, mantém velhas práticas e continuam a explorar a natureza contaminando, com suas indústrias obsoletas, o resto do mundo. Desse modo, contribuem para o agravamento de problemas sociais de nações empobrecidas, prosseguindo sua caminhada rumo a um mundo insustentável e perigoso.



OS TIPOS E AS VANTAGENS DAS MADEIRAS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Ana Paula Fernandes Senário; Wanderklayson Aparecido Medeiros de Oliveira

INTRODUÇÃO: A madeira devido a sua disponibilidade na natureza e sua relativa facilidade de manuseio é, provavelmente, o material de construção mais antigo. Além disso, na condição de material de construção, as madeiras incorporam todo um conjunto de características técnicas, econômicas e estéticas que dificilmente se encontra em outro material existente. **OBJETIVO:** Conhecer os tipos das madeiras utilizadas na construção civil e saber quais as vantagens que a madeira possui. **MÉTODO:** O método utilizado para a realização desta pesquisa foi a revisão bibliográfica. Tratou-se de um estudo em livros que tem como assunto abordado as características, tipos e vantagens da madeira, especialmente como material de construção. **RESULTADOS:** As árvores produtoras de madeira de construção são do tipo exogênico, as madeiras utilizadas em construções podem se classificar em duas categorias: **(a) madeiras maciças:** madeira bruta ou roliça: é empregada em forma de tronco, serve para colunas, postes, estacas etc; madeira falquejada: forma seções maciças, quadradas ou retangulares, serve para pontes cortinas cravadas, estacas etc; madeira serrada: é o modelo mais comum, o tronco é cortado nas serrarias, em dimensões padronizadas para o comércio. **(b) madeiras industrializadas:** madeira compensada: é o produto mais antigo, é formada pela colagem de lâminas finas, com as direções das fibras alternadamente ortogonais; madeira laminada e colada: é cortada em lâminas, de 15mm a 50mm de espessura, que são coladas sob pressão, formando grandes vigas; madeira recomposta: são placas desenvolvidas a partir de resíduos de madeira em flocos, lamelas ou partículas. As vantagens da madeiras são: apresenta resistência

mecânica tanto a esforços de compressão como aos esforços de tração na flexão, foi o primeiro material de construção utilizado tanto em colunas como em vigas e vergas; possui resistência mecânica elevada, superior ao concreto, com a vantagem do peso próprio reduzido; resiste excepcionalmente a choques e esforços dinâmicos. **CONCLUSÕES:** A madeira é um material de construção excepcional que acompanha e sustenta a civilização desde seus primórdios. Comparada com outros materiais de construção convencionais utilizados atualmente a madeira apresenta uma excelente relação resistência/peso, bom isolamento.



ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE E O CONTRATO DE EXPERIÊNCIA NA NOVA PERSPECTIVA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Alex Brant Paulino

INTRODUÇÃO :O Tribunal Superior do Trabalho sempre manteve firme a interpretação de que o direito à estabilidade provisória no emprego para a gestante não se aplicava aos contratos de experiência, modalidade de contrato por prazo determinado. Esse posicionamento jurisprudencial esteve consagrado na sua súmula de nº244, recentemente alterada. Passou o Tribunal a adotar um entendimento diverso, para reconhecendo a estabilidade provisória nos contratos por prazo determinado. Esse novo entendimento, baseia-se no argumento de que o artigo 10, inciso II alínea b dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não faz distinção entre contratos por prazo determinado e indeterminado, e que tal direito social visa proteger mais à criança que acaba de nascer do que a mãe trabalhadora. Para alguns, tal interpretação traz insegurança jurídica, sobretudo porque a legislação não se alterou e mulheres serão preteridas na contratação. Não obstante a importância de tal proteção social, especialmente à criança, necessária a reflexão sobre os efeitos da extensão de tal garantia no contrato de experiência, pois, como já ocorreu com as normas de proteção ao trabalho da mulher pela Lei 5.452/43, só superado após entrada em vigor da Constituição de 1988, isso pode gerar um efeito contrário, restringindo o acesso ao mercado de trabalho. **OBJETIVO:** Este trabalho visa analisar e discutir a recente modificação no entendimento do Superior Tribunal do Trabalho acerca da aplicação da norma que garante estabilidade provisória à gestante, se ela é ou não aplicável aos contratos de experiência e o impacto que este novo entendimento pode gerar no mercado de trabalho. **MÉTODOS:** Estudo bibliográfico, qualitativo e comparativo,



com análise da legislação pertinente ao tema e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais.

RESULTADOS: Verifica-se que em passado recente a extensão de direitos e proteção ao trabalho da mulher causou efeito reverso, dificultando o acesso ao mercado de trabalho, e que a legislação dá margem à dupla interpretação sobre o tema. **CONCLUSÃO:**

Constata-se a preocupação de que, ao se impor mais um ônus e restrição à liberdade do empregador no contrato de trabalho, este tenderá a preferir a contratação de homens em detrimento às mulheres, ainda que de forma velada, especialmente para ocupação de cargos de chefia, o que pode ser causado também pela insegurança jurídica na modificação de entendimento, até então superado pela jurisprudência, não obstante o reconhecimento da necessidade de extensão dos direitos sociais básicos.





FACULDADES
SANTO AGOSTINHO

